



FOSNOR

**Fosfatados do
Norte-Nordeste S.A.**

Demonstrações financeiras
em 31 de Dezembro de 2024

ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e administradores da
FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

—

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5 a)	310.970	449.164
Aplicações financeiras de curto prazo	5 b)	8.987	7.334
Contas a receber de clientes	6	65.892	15.799
Estoques	7	312.354	240.050
Tributos a recuperar	8	7.688	5.716
IRPJ e CSLL a Recuperar	8	32.551	9.765
Outros ativos	9	8.539	16.042
Total do ativo circulante		746.981	743.870
Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	9.710	14.599
Aplicações financeiras de longo prazo	5 b)	17.864	14.947
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	19.887	17.706
Tributos a recuperar	8	53.138	41.119
Outros ativos	9	2.480	2.427
Intangível	10	128.428	264.371
Imobilizado	11	836.022	695.303
Total do ativo não circulante		1.067.529	1.050.472
Total do ativo		1.814.510	1.794.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	12 a)	51.671	67.679
FINIMP	12 b)	47.314	4.446
Empréstimos e financiamentos	13	104.609	167.737
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	1.470
Arrendamento mercantil	15	35.498	44.969
Salários e benefícios		22.884	13.720
Encargos sociais e tributários a pagar		5.989	7.895
Dividendos a pagar	20	9.525	-
Adiantamentos de clientes e faturamentos antecipados	16	102.936	242.477
Outros passivos		3.184	5.153
Total do passivo circulante		383.610	555.546
Não circulante			
Arrendamento mercantil	15	7.518	31.377
Empréstimos e financiamentos	13	210.000	50.000
Provisões para contingências	17	2.731	2.357
Provisão para desmobilização de ativos	18	38.068	32.641
Total do passivo não circulante		258.317	116.375
Total do passivo		641.927	671.921
Patrimônio líquido			
Capital social	20	790.021	790.021
Reservas de incentivos fiscais	21	215.127	187.349
Reserva legal	20	25.287	23.282
Reserva de retenção de lucros		142.148	121.769
Total do patrimônio líquido		1.172.583	1.122.421
Total do passivo e patrimônio líquido		1.814.510	1.794.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto pelo lucro por ação)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita líquida de venda	22	1.151.893	1.203.462
Custo dos produtos vendidos	23	(985.616)	(1.040.496)
Lucro bruto		166.277	162.966
Despesas com vendas	23	(7.615)	(6.320)
Despesas administrativas	23	(44.497)	(40.171)
Outras despesas e receitas, líquidas	24	(71.861)	(27.233)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		42.304	89.242
Despesas financeiras	25	(32.490)	(25.235)
Receitas financeiras	25	62.270	65.488
Variações cambiais	25	(518)	(9.212)
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social		71.566	120.283
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	26	(5.865)	(19.358)
Diferido	26	2.181	1.992
		(3.684)	(17.366)
Lucro líquido do exercício		67.882	102.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	67.882	102.917
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	67.882	102.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		790.021	155.192	19.744	281.352	-	1.246.309
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	102.917	102.917
Reserva de incentivos fiscais – IRPJ	21	-	13.520	-	-	(13.520)	-
Reserva de incentivos fiscais – ICMS	21	-	18.637	-	-	(18.637)	-
Constituição de reserva legal	20	-	-	3.538	-	(3.538)	-
Distribuição de dividendos	20	-	-	-	(210.000)	-	(210.000)
Distribuição de dividendos extraordinária		-	-	-	(16.805)	-	(16.805)
Constituição de reserva para retenção de lucros		-	-	-	67.222	(67.222)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		790.021	187.349	23.282	121.769	-	1.122.421
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	67.882	67.882
Reserva de incentivos fiscais – IRPJ	21	-	11.188	-	-	(11.189)	-
Reserva de incentivos fiscais – ICMS	21	-	16.589	-	-	(16.589)	-
Constituição de reserva legal	20	-	-	2.005	-	(2.005)	-
Distribuição de dividendos	20	-	-	-	(9.525)	-	(9.525)
Distribuição de dividendos extraordinária		-	-	-	(8.195)	-	(8.195)
Constituição de reserva para retenção de lucros		-	-	-	38.099	(38.099)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		790.021	215.127	25.287	142.148	-	1.172.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	NE	2024	2023
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		71.566	120.283
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			
Depreciação e amortização	10 e 11	87.712	73.782
Resultado venda imobilizado.	24	65.232	-
(Ganho) perda na alienação ou baixa do imobilizado e intangível	24	(4.545)	209
(Reversão)/provisão para participação nos lucros e resultados	23 e 24	7.003	(3.877)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais	17	413	(2.734)
Juros e variações monetárias sobre contingências e depósitos judiciais		68	179
Variação cambial clientes e fornecedores		935	(509)
Ajuste a valor presente de clientes	6	1.289	(1.975)
Juros de arrendamento mercantil	15	5.178	3.825
Juros sobre provisão para desmobilização de ativos	25	4.161	2.770
Perda (ganho) com instrumentos financeiros derivativos	14	(1.470)	1.526
Juros, variações monetárias, variações cambiais dos empréstimos	13	23.939	8.322
Variação nos ativos e passivos operacionais			
(Aumento)/redução de contas a receber de clientes		(43.840)	99.925
(Aumento)/redução dos estoques		(72.304)	36.896
Redução dos tributos a recuperar		(36.777)	(37.203)
Redução de outros ativos, tributos a pagar e outros passivos		(1.336)	(1.030)
Aumento de tributos a pagar		20.363	7.864
Aumento de fornecedores		23.265	40.686

Aumento de salários e encargos sociais		2.161	4.770
(Redução) / Aumento de adiantamentos de clientes e faturamentos antecipados		(16.264)	69.645
Juros pagos sobre empréstimos	13	(18.633)	(972)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(28.133)	(19.912)
Caixa líquido usados nas atividades operacionais		89.982	(402.470)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado (i)		(287.269)	(232.093)
Aquisição de intangível (i)		(30.418)	(11.981)
(Depósitos em)/resgate em aplicações financeiras	5b)	(4.570)	33.782
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(322.257)	(210.292)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	13	345.000	215.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	(258.506)	(4.286)
Contratação de operações de FINIMP		47.314	4.446
Pagamento operação de FINIMP		(4.446)	(71.201)
Dividendos pagos		-	(295.555)
Pagamentos parcelas arrendamentos – CPC 06	15	(35.281)	(22.852)
Caixa oriundo das (usados nas) atividades de financiamento		94.081	(174.448)
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa		(138.194)	17.729
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		449.164	431.435
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		310.970	449.164
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa		(138.194)	17.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

Informações gerais e cenário operacional de 2024

A FOSNOR, Fosfatados do Norte-Nordeste S.A. (entende-se também por “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 4777, 11º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia, a partir de 11 de dezembro de 2024, é controlada por 1 (uma) holding familiar e 5 (cinco) acionistas pessoas físicas (anteriormente era controlada por 11 (onze) acionistas pessoas físicas), e tem como objeto social e atividade preponderante a extração, industrialização, armazenagem e o comércio de produtos à base de fosfato, além da produção de ácido sulfúrico.

Atualmente, a FOSNOR opera três unidades que compõem seu complexo industrial e logístico:

- A unidade de mineração em Angico dos Dias–BA, responsável pela extração e beneficiamento da rocha fosfática utilizada no processo produtivo;
- A unidade de Luís Eduardo Magalhães–BA, que concentra atividades de industrialização, armazenagem, mistura, ensaue e comercialização de fertilizantes;
- A unidade de mineração em Irecê–BA, onde será retomada a produção de rocha fosfática a partir de 2026.

Contexto operacional das demonstrações financeiras - 2024

Em 2024, a Galvani consolidou sua posição como uma das principais produtoras de fertilizantes fosfatados no Brasil, com foco na expansão da capacidade produtiva e na estruturação financeira voltada para sustentar o crescimento de longo prazo.

A empresa manteve sua estratégia de verticalização das operações e avançou em frentes operacionais, comerciais e financeiras, garantindo maior eficiência e competitividade.

O volume total de fertilizantes entregues atingiu 706 mil toneladas (669 mil toneladas em 2023), representando um crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior, impulsionado pelo aumento

da demanda nas regiões de atuação da Companhia. Já o volume de ácido sulfúrico alcançou 48 mil toneladas (65 mil toneladas em 2023) comercializadas.

A estrutura industrial da Galvani continuou operando em sua capacidade otimizada, com melhorias na gestão de processos e aumento na eficiência operacional. O Complexo Industrial de Luís Eduardo Magalhães (CILEM), por exemplo, ampliou sua produção de fertilizantes fosfatados acidulados para 534 mil toneladas, o que representa 13% de incremento, comparado com o ano anterior, beneficiado pelo melhor aproveitamento de insumos e ganhos de produtividade, em linha com sua estratégia de crescimento através dos projetos de expansão da capacidade produtiva.

Cenário do mercado de fertilizantes em 2024

O mercado global de fertilizantes em 2024 foi impactado por diversos fatores, incluindo a volatilidade dos preços das commodities, oscilações na oferta internacional e desafios logísticos em algumas regiões.

No Brasil, a demanda por fertilizantes seguiu robusta, impulsionada pelo crescimento da produção agrícola e pela necessidade de reposição de nutrientes nos solos. A relação de troca entre fertilizantes e grãos oscilou ao longo do ano, refletindo as dinâmicas do mercado internacional.

Os fertilizantes fosfatados apresentaram uma leve retração nos preços no primeiro semestre, recuperando-se posteriormente, na segunda metade do ano, com a demanda aquecida e ajustes na produção global.

A Galvani acompanhou essas tendências, mantendo sua estratégia de otimização de custos e gestão eficiente do capital de giro, garantindo estabilidade nas operações e margens saudáveis ao longo do ano.

Estrutura de capital e empréstimos FINEP

Em 2024, visando otimizar sua estrutura de capital e reduzir o custo financeiro, a empresa reforçou sua estratégia de captação de recursos junto a linhas de financiamento mais competitivas, especialmente à luz dos seus projetos de expansão e modernização em curso.

O destaque foi a obtenção de R\$ 160 milhões em financiamentos junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com condições atrativas de juros e prazos alinhados aos planos de expansão da companhia.

Desse montante, R\$ 120 milhões foram destinados à nova fase de mineração em Irecê–BA, reforçando a estrutura para extração e beneficiamento de fosfato, com tecnologia inovadora de calcinação mineral e eliminação da necessidade de barragens de rejeitos.

Os outros R\$ 40 milhões foram direcionados para a ampliação da capacidade de produção de fertilizantes granulados no CILEM, consolidando a posição da empresa como fornecedora estratégica de produtos inovadores para a região do Matopiba.

A captação via FINEP permitiu reduzir a dependência de financiamentos de curto prazo e mitigar impactos da volatilidade do mercado financeiro sobre a estrutura de capital, bem como reduzir o custo de capital da Companhia.

Com essa iniciativa, a Galvani fortaleceu sua posição financeira e assegurou os recursos necessários para dar continuidade ao seu plano de crescimento sustentável.

Projetos de expansão

Conforme descrito nas notas explicativas 10 e 11 às demonstrações financeiras, a Companhia desenvolve os estudos para a exploração das jazidas de Santa Quitéria–CE e Irecê–BA. Em 31 de dezembro de 2024, os investimentos acumulados totalizavam R\$ 35.822 (R\$ 183.328 em 2023).

A redução no valor decorre da segregação do projeto Santa Quitéria–CE para outra entidade jurídica, no montante de R\$ 188.542, conforme detalhado na nota explicativa 10. Com isso, a FOSNOR segue exclusivamente com o desenvolvimento do projeto de Irecê–BA.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas práticas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, enquanto os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas são emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos acionistas da Companhia e autorizadas para emissão em 24 de março de 2025.

2.2 Base de elaboração e políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras foram elaboradas em real (R\$), moeda funcional da Companhia, com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados ao seu valor justo no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis, na sequência deste documento.

O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Estão sendo apresentadas as informações relevantes e somente elas, próprias das demonstrações financeiras, correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, que se aproximam de seus valores justos.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes e títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é, inicialmente, mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao Valor Justo Realizável (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, exceto se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR, isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra maneira, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes), como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que, de outra forma, surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins desta avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto; durante um determinado período, pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição.

Portanto, ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- Os termos que limitam o acesso da Companhia aos fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados no desempenho de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Ativos financeiros a custo amortizado
São mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.	São subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação, quando for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e ao resultado líquido, incluindo os juros, sendo reconhecidos no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram;
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação.

Acerca desses direitos contratuais, observa-se que:

- Substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos;
- A Companhia não transfere e não mantém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada, quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso um novo passivo financeiro, baseado nos termos modificados seja reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores, tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo, simultaneamente.

2.6 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes, incluindo recebíveis de arrendamentos e ativos de contrato, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente, desde o reconhecimento inicial, e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso, e considera um ativo financeiro como inadimplente ou com problemas de recuperação quando:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título, devido a dificuldades financeiras;
- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

O período máximo, considerado na estimativa de perda de crédito esperada, é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas e ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito, sendo mensuradas ao valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia, conforme o contrato, e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão das perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tiver expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação aos clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias, com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Enquanto aos clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação.

A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, no entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia, para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, na maioria, independentes das entradas de caixa de outros

ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao valor presente, usando uma taxa de desconto antes dos impostos refletir as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são, inicialmente, alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) na proporção.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.7 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou produção (absorção).

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

2.8 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas, por redução ao valor recuperável, acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente, com base na vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Companhia incorre em custos relacionados com a avaliação e exploração de minas de fosfato. Gastos pré-operacionais para adquirir tais minerais, para perfurar e equipar as minas, são capitalizados como gastos de exploração e registrados em ativos intangíveis até que o projeto atinja a fase de desenvolvimento.

Se as reservas forem provadas, as despesas com a avaliação e exploração que tenham sido capitalizadas são transferidas de exploração e avaliação de recursos minerais (ativos intangíveis) para imobilizado em andamento (ativo imobilizado), quando o projeto iniciar a fase de desenvolvimento.

A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis. Desta forma, está demonstrado abaixo a média de vida útil dos itens amortizáveis nas demonstrações financeiras da Companhia:

Grupo	Média vida útil	
	Meses	Anos
Grupo ativo intangível		
012 Licença de uso Software	60	5
033 Direitos Minerários	360	30

2.9 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável.

Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos se inicia quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores tiverem sido mensurados de forma confiável. Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício, caso existam indícios que levem a essa necessidade. O efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados indícios que levam à necessidade de reavaliação da vida útil ou de recuperabilidade dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado após sua alienação ou quando não houver benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda, ou baixa de um item do imobilizado, são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é apurada com base linear, consoante a vida útil de cada bem. Desta forma, está demonstrado abaixo a média de vida útil dos itens depreciáveis nas demonstrações financeiras da Companhia:

Grupo	Média vida útil	
	Meses	Anos
002 Edificações	300	25
003 Instalações	125	10
004 Máquinas, equipamentos e ferramentas	120	10
005 Veículos	62	5
006 Equipamentos de informática	60	5
009 Móveis e utensílios	120	10
016 Benfeitorias	300	25

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações legais ou constituídas como resultado de um evento passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, a provisão é mensurada com base no desconto ao valor presente dos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação.

Quando se espera que algum ou todos os dispêndios exigidos para liquidar a provisão sejam reembolsados por outra parte, o reembolso deve ser reconhecido somente quando for praticamente certo que ele será recebido se a entidade liquidar a obrigação. O reembolso deve ser tratado como um ativo separado. O montante reconhecido para o reembolso não deve ultrapassar o montante da provisão.

2.11 Tributação

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 24%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver, sendo mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.11.1 Impostos correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício, sendo calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos,

reconhecidos nas demonstrações financeiras e nas bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A análise da realização do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício, sendo o saldo ajustado enquanto a realização não seja provável.

Impostos diferidos, ativos e passivos, são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais resultantes da forma pela qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

a. Subvenção e assistência governamental

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como redutoras da conta de origem, em uma base sistemática, durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas, exceto se condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas.

Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. Atualmente, a Companhia possui dois benefícios de subvenção para investimento:

- O Desenvolve, o qual é de âmbito estadual, sendo registrado como redução do ICMS a pagar;
- O Lucro da Exploração, o qual é de âmbito federal, sendo registrado como redução do IRPJ a pagar.

Ambos são lançados como ganho no resultado e destacados no patrimônio líquido para não haver distribuição de dividendos sobre os mesmos.

2.12 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante, em função do serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.13 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, sendo reconhecida pela Companhia, quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
<p>Venda de produtos</p>	<p>Os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências dos clientes, ou quando retiradas pelo cliente nas sedes da Companhia. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias ou líquidas através de adiantamentos.</p>	<p>A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações ou retirados nas sedes da Companhia.</p> <p>Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.</p>

2.14 Arrendamentos

Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Companhia;

- A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual;
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Os arrendatários devem reconhecer, separadamente, a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Companhia deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento; dos dois, o menor.

Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos.

No caso de reavaliação, modificação ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido.

Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

Desde 2023, a Companhia registrou novos contratos e, devido à alta da taxa de juros, utilizou um parâmetro atual médio de 16% para registrar o valor presente dos contratos, havendo, desta forma, uma disparidade entre as taxas anteriormente utilizadas.

A Companhia registrou todos os novos contratos e recalculou todos os valores constantes dos contratos para adequação da norma, conforme demonstrado abaixo:

Contratos e condições				2023	2024
Contrato	Prazo (meses)	Taxa valor presente	Valor contrato (*)	Valor presente	Valor presente
Locação equipamentos/ferramentas	60	6%	172	148	148
Casa Caracol-PI	120	6%	179	135	135
Fazenda Novo Triunfo Irecê-BA	120	6%	1.484	1.116	1.116
Locação de veículos	32	6%	1.800	1.645	1.645
Locação sala comercial	24	6%	432	407	407
Movimentação Angico dos Dias-BA 2020	48	6%	52.600	46.732	-
Servidores nuvem TI 2020	18	6%	2.662	2.542	2.542
Servidores nuvem TI 2021	18	6%	2.437	2.326	2.326
Equipamentos eletrônicos TI	24	6%	433	407	407
Movimentação Luís Eduardo Magalhães-BA	36	6%	8.856	8.097	8.097
Filial Campinas-SP	36	6%	396	362	362
Locação de veículos	24	6%	613	577	577
Movimentação Angico dos Dias-BA 2021	36	6%	52.500	48.743	48.743
Servidores nuvem TI 2023	60	16,77%	12.788	8.873	8.873
Sala comercial São Paulo – Novo Escritório	60	16,77%	4.018	2.622	2.622
Locação de veículos UNIDAS	17	16,77%	208	186	186
Locação de veículos MOVIDA	26	16,77%	1.110	936	936
Equipamentos eletrônicos de TI	32	16,77%	1.091	887	887
Locação de Impressoras	35	16,77%	567	452	452
Firewall e Licenças	24	16,77%	316	269	269
Aluguel de Galpões	33	16,77%	2.640	-	2.131
Aluguel de Carros	24	16,77%	367	-	314

Aluguel de Nuvem (Microsoft Azure)	36	16,77%	1.672	-	1.324
Aluguel de Equipamentos	36	16,77%	16.057	-	12.723
			165.398	127.462	97.222
Ativo imobilizado - direito de uso				127.462	97.222
Passivo - arrendamento mercantil CP				(44.872)	(38.611)
Passivo - arrendamento mercantil LP				(82.590)	(58.611)

(*) O valor mencionado na coluna de “valor contrato” representa os arrendamentos reconhecidos em sua mensuração inicial (data do contrato) no ativo imobilizado (conforme nota 10) e que são depreciados pelo período do contrato, sendo que, ao final do contrato este ativo de arrendamento estará totalmente depreciado e zerado contabilmente. O mesmo valor inicial é registrado no passivo, no qual posteriormente são baixados pelos pagamentos e ajustados pelos índices financeiros.

2.15 Custo dos empréstimos

Os custos dos empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.16 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são, posteriormente, remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício.

Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de hedge; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros.

2.17 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado somente na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O Estatuto Social da Companhia estipula um dividendo mínimo de 25%, o que pode ser distribuído o saldo remanescente, caso seja aprovado em Assembleia Geral.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

3.1 Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante e passivos não circulantes com cláusulas restritivas (alterações ao CPC 26);
- Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior (alterações ao CPC 06);
- Acordos de financiamento de fornecedores (alterações ao CPC 03 e CPC 40);

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Normas emitidas e vigentes em ou após 1º de janeiro de 2025, e não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras;
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros — alterações do CPC 48 e CPC 40;
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto;
- Ausência de conversibilidade — alteração do CPC 02.

4 Estimativas e julgamentos contábeis

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa 2, a administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis, com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão incluídas nas notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** — vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa 10** — critérios de reconhecimento do intangível;
- **Nota explicativa 15** — critérios de reconhecimento dos arrendamentos.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 17 – provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, principalmente se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, e se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Projeções de lucro preparadas pela administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, que objetivam mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros para suportar a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor do que as estimativas efetuadas ao se determinar a necessidade de reconhecer o imposto de renda e a contribuição social.

4.2 Vida útil dos bens do imobilizado e dos intangíveis

A vida útil dos ativos pode variar devido a vários fatores, podendo também afetar o custo do teste de recuperação.

4.3 Redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos

No fim de cada período, a Companhia revisa os saldos do imobilizado e do intangível, incluindo o ágio gerado em combinação de negócios, avaliando se há uma indicação de que esses ativos sofreram uma redução em seus valores recuperáveis (valor em uso).

A administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável de cada ativo, calcula o fluxo de caixa futuro individual descontado ao valor presente, ajusta o saldo dos respectivos ativos, se necessário.

4.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Quando há indicação de redução ao valor recuperável, a Companhia considera a estimativa de fluxos de caixa futuros.

O montante da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras que foram incorridas), descontado a taxa de juros efetiva original do ativo financeiro (ou seja, a taxa de juros efetiva computada no reconhecimento inicial).

4.5 Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos, de natureza fiscal, cível, trabalhista e ambiental, conforme descrito na nota explicativa 17.

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis.

4.6 Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, conforme nota explicativa 18.

A Companhia considera as estimativas contábeis, relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina, como uma prática contábil crítica, por envolver em valores expressivos de provisão e se tratarem de estimativas que envolvem diversas premissas; como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo que considera o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina.

4.7 Mensurações ao valor justo e processos de avaliação

Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis. Quando não há informações de nível 1 disponíveis, a Companhia usa valores justos cotados pelas instituições financeiras contrapartes.

5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	4	4
Recursos em bancos	3.936	3.478
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (i)	307.030	445.682
	310.970	449.164

- (i) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas pelas modalidades de CDB, compromissadas, operações pré-fixadas e pós-fixadas, inflação e alternativos líquidos, geralmente remuneradas por taxas que variam de 80% a 120% da CDI ao ano.

b) Aplicações financeiras

A Companhia possui títulos com prazos mais longos, com rendimentos, em média, superiores a 10% ao ano.

	2024	2023
Debêntures e títulos com vencimento entre 6 meses e 1 ano	8.987	7.334
Debêntures e títulos com vencimento entre 1 ano e 5 anos	17.864	14.947

6 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Circulante		
Contas a receber de clientes	67.459	16.077
(-) Ajuste a valor presente	(1.567)	(278)
Contas a receber de clientes, líquidas	65.892	15.799
Não circulante		
Contas a receber de clientes	9.710	14.599
	9.710	14.599

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo.

Os valores vencidos e não provisionados possuem garantias reais em valores superiores ao montante em atraso.

	2024	2023
Vencidas		
Até 30 dias	1.703	910
De 31 a 90 dias	11	-
De 91 a 360 dias	1	-
	1.715	910
A vencer		
Até 30 dias	24.829	7.048

	2024	2023
Vencidas		
Até 30 dias	1.703	910
De 31 a 90 dias	11	-
De 91 a 360 dias	1	-
	1.715	910
A vencer		
De 31 a 90 dias	27.634	1.808
De 91 a 360 dias	13.281	6.311
Acima de 361 dias	9.710	14.599
	75.454	29.766
	77.169	30.676

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas no resultado do exercício como “despesas com vendas”. Não há saldos de contas a receber cedidos em garantia a empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024.

7 Estoques

	2024	2023
Matérias-primas	65.368	36.426
Matérias-primas em poder de terceiros	-	10.014
Produtos acabados	187.831	132.894
Almoxarifado de manutenção	17.675	15.849
Importações em andamento	30.957	24.684
Adiantamentos para a compra de matérias-primas	10.523	20.183
	312.354	240.050

As movimentações na provisão para perda nos estoques são as seguintes:

	2024	2023
Em 1º de janeiro	(266)	(266)
	-	-
Em 31 de dezembro	(266)	(266)

Não há saldos de estoques cedidos em garantia a empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024.

8 Tributos a recuperar

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	1.454	697
PIS e COFINS (i)	6.234	5.019
Imposto de renda e contribuição social	32.551	9.765
Total do ativo circulante	40.239	15.481
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ii)	1.334	1.054
PIS e COFINS (ii)	51.804	40.065
Total do ativo não circulante	53.138	41.119
Total	93.378	56.600

A Companhia estima que os saldos existentes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2024 serão realizados no curso de suas operações, no decorrer do exercício social, a findar em 31 de dezembro de 2025, sem a ocorrência de perdas.

- (i) Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.
- (ii) Referem-se a créditos de ICMS, PIS e COFINS gerados na aquisição de ativo imobilizado em andamento, relacionados, principalmente, aos projetos em execução, os quais foram classificados como ativos não circulantes, com base na expectativa de sua realização em um período superior a doze meses.

9 Outros ativos

	2024	2023
Depósitos judiciais (i)	1.537	1.484
Adiantamentos a funcionários	2.709	2.102
Adiantamento Dividendos	-	8.195
Prêmios de seguro	2.513	2.555
Créditos fiscais AFRMM	1.752	1.752
Outros ativos	2.508	2.381
Total	11.019	18.469
Circulante	8.539	16.042
Não circulante	2.480	2.427
	11.019	18.469

(i) Referem-se a depósitos recursais de processos judiciais para os quais nenhuma provisão foi constituída, com base na avaliação da probabilidade de perda de cada processo.

10 Intangível

	Marcas registradas e licenças	Projetos em desenvolvimento	Direito de uso de lavra	Software	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	1	176.132	70.754	5.545	252.432
Em 31 de dezembro de 2022					
Custo	1	176.132	75.830	12.800	264.763
Amortização acumulada	-	-	(5.076)	(7.255)	(12.331)
Saldo contábil, líquido	1	176.132	70.754	5.545	252.432
Adições	-	11.981	-	-	11.981
Amortização	-	-	(2.621)	(2.359)	(4.980)
Transferências (i)	-	-	4.938	-	4.938
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	1	188.113	73.071	3.186	264.371
Em 31 de dezembro de 2023					

Custo	1	188.113	80.768	12.800	281.682
Amortização acumulada	-	-	(7.697)	(9.614)	(17.311)
Saldo contábil, líquido	1	188.113	73.071	3.186	264.371
Adições	-	29.985	181	252	30.418
Amortização	-	-	(2.945)	(2.756)	(5.701)
Baixas (ii)	-	(171.806)	-	-	(171.806)
Transferências (i)	-	-	11.146	-	11.146
Reclassificação	-	(4.051)	-	4.051	-
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	1	42.241	81.453	4.733	128.428
Em 31 de dezembro de 2024					
Custo	1	42.241	92.096	17.103	151.441
Amortização acumulada	-	-	(10.643)	(12.370)	(23.013)
Saldo contábil, líquido	1	42.241	81.453	4.733	128.428

- (i) Referem-se a valores que estavam classificados como imobilizado em andamento e foram transferidos para o intangível, relativos a direitos de lavra e softwares de TI (conforme nota explicativa 10).
- (ii) Refere-se a baixa contábil do projeto Santa Quitéria-CE, conforme cláusula 15.4 do acordo de acionistas, conforme explicação descrita em “Projetos em desenvolvimento”.

Projetos em desenvolvimento

Os saldos de desenvolvimento de projetos referem-se aos seguintes empreendimentos:

	2024	2023
Exploração e avaliação de recursos minerais (i) - Santa Quitéria	682	164.192
Exploração e avaliação de recursos minerais - Irecê (ii)	35.141	19.135
Outros	6.418	4.786
	42.241	188.113

- (i) Refere-se a gastos com licenças, exploração e avaliação de recursos minerais relacionados ao projeto de implantação de uma nova unidade industrial em Santa Quitéria-CE.

- (ii) Investimentos voltados à implementação de uma nova rota tecnológica na mineradora de Irecê, visando otimizar o aproveitamento do teor de fósforo presente no minério. Até 2023, a maioria do saldo de desenvolvimento de projetos estava vinculada ao projeto de exploração e avaliação de recursos minerais em Santa Quitéria, no estado do Ceará.

Esse projeto prevê, através de um contrato de consórcio, a exploração e beneficiamento de minério de fosfato associado ao urânio, em uma jazida cuja titularidade de lavra pertence às Indústrias Nucleares do Brasil (INB), visando viabilizar a produção de fertilizantes fosfatados e fosfato bicálcico.

No exercício de 2024, a Companhia efetuou a baixa contábil de alguns ativos, no montante total de R\$ 188.542, sendo R\$ 171.806 referentes ao intangível e R\$ 14.153 ao imobilizado em andamento, conforme notas 10 e 11. A diferença corresponde a outros itens de menor valor. A compensação financeira do valor adiantado pelos acionistas em 2023, no montante de R\$ 123.310, resultou em um prejuízo não operacional de R\$ 65.232. Permanece apenas um pequeno saldo residual, relacionado a despesas que serão ainda reembolsadas à FOSNOR.

Amortização

Em 2024 o montante de R\$ 5.701 (R\$ 4.980 em 2023), referente à amortização de direitos de uso de lavra e software, foi reconhecido no resultado do exercício nas rubricas Custo, Comercial e Administrativas.

11 Imobilizado

	Terrenos	Edific. e benefit.	Equip. e instal.	Adiant. para fornec.	Veículos	Móveis e utens.	Direito uso dos ativos	Outros	Reforma anual	Total em operação	Imob. em andam.	Imob. total
Em 31 de dezembro de 2022												
Custo	64.201	101.125	158.637	4.442	435	383	113.238	4.737	76.677	523.875	194.789	718.664
Depreciação acumulada	-	(19.006)	(51.310)	-	(202)	(145)	(45.434)	(1.248)	(64.160)	(181.505)	-	(181.505)
Saldo contábil, líquido	64.201	82.119	107.327	4.442	233	238	67.804	3.489	12.517	342.370	194.789	537.159
Aquisições	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2	231.169	231.171
Adiantamento fornecedor	-	-	-	922	-	-	-	-	-	922	-	922
Depreciação	-	(5.065)	(14.537)	-	(76)	(48)	(28.809)	(891)	(19.376)	(68.802)	-	(68.802)
Baixas	-	-	(209)	-	-	-	-	-	-	(209)	-	(209)
Reclassificações	4.122	2.423	12.407	-	-	48	14.224	-	20.578	53.802	(53.802)	-
Transferências (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.938)	(4.938)
Saldo contábil, líquido	68.323	79.477	104.990	5.364	157	238	53.219	2.598	13.719	328.085	367.218	695.303
Em 31 de dezembro de 2023												
Custo	68.323	103.548	170.837	5.364	435	431	127.462	4.737	97.255	578.392	367.218	945.610
Depreciação acumulada	-	(24.071)	(65.847)	-	(278)	(193)	(74.243)	(2.139)	(83.536)	(250.307)	-	(250.307)
Saldo contábil, líquido	68.323	79.477	104.990	5.364	157	238	53.219	2.598	13.719	328.085	367.218	695.303
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	196.871	196.871
Adiantamento Fornecedor	-	-	-	67.830	-	-	-	-	-	67.830	-	67.830
Depreciação	-	(5.317)	(31.840)	-	(51)	(87)	(28.756)	(1.256)	(14.704)	(82.011)	-	(82.011)
Baixas (ii)	-	-	(2.065)	-	-	-	-	(3)	-	(2.068)	(14.153)	(16.221)
Ajuste Direito Uso do Ativo	-	-	-	-	-	-	(14.604)	-	-	(14.604)	-	(14.604)
Reclassificações	-	5.295	182.873	-	-	478	16.492	1.939	2.956	210.033	(210.033)	-
Transferências (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.146)	(11.146)
Saldo contábil, líquido	68.323	79.455	253.958	73.194	106	629	26.351	3.278	1.971	507.265	328.757	836.022
Em 31 de dezembro de 2024												
Custo	68.323	108.843	351.645	73.194	435	909	97.222	6.673	100.212	839.585	328.757	1.168.342
Depreciação acumulada	-	(29.388)	(97.687)	-	(329)	(280)	(70.871)	(3.395)	(98.241)	(332.320)	-	(332.320)
Saldo contábil, líquido	68.323	79.455	253.958	73.194	106	629	26.351	3.278	1.971	507.265	328.757	836.022

(i) Refere-se a valores que estavam classificados como imobilizado em andamento e foram transferidos para o intangível, sendo que são investimentos em software de TI (conforme nota explicativa 10).

(ii) A baixa do grupo de Imobilizado em Andamento refere-se a baixa contábil de alguns ativos, conforme cláusula 15.4 do acordo de acionistas e detalhado na nota 10.

Depreciação

Em 2024 o montante de R\$ 79.796 (R\$ 63.471 em 2023) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado do exercício na rubrica “Custo dos produtos vendidos”, R\$ 7.901 (R\$ 5.331 em 2023) em despesas administrativas.

Custos dos Empréstimos

A Companhia capitalizou juros sobre empréstimos em 2024 no montante de R\$ 5.073 (R\$ 972 em 2023) para os projetos de ativos em desenvolvimento, conforme os critérios adotados pelo CPC 20 — custos de empréstimos.

Imobilizado em andamento

Os principais saldos de imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2024 referem-se, principalmente:

- (a) Investimentos em modernização de máquinas para ampliação da produção e aumento da vida útil no valor de R\$ 215.762, sendo: R\$ 148.636 na unidade de Luís Eduardo Magalhães–BA e R\$ 67.126 na unidade de Angico dos Dias-BA da FOSNOR;
- (b) Investimentos em dispositivos de segurança em máquinas e equipamentos, bem como equipamentos para redução da emissão de poluentes, no valor de R\$ 10.194, sendo: R\$ 5.293 na filial Luís Eduardo Magalhães–BA e R\$ 4.901 na unidade de Angico dos Dias-BA da FOSNOR;
- (c) Investimentos em novos projetos no valor de R\$ 11.538, sendo: R\$ 9.736 na Fazenda TAC-BA e R\$ 1.802 na Fazenda Pimenteiras–BA.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui ativos imobilizados cedidos em garantia a qualquer atividade financeira ou operacional.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) do imobilizado

Em 2024, a Companhia não identificou a existência de indicativos de não recuperação do valor dos bens do ativo imobilizado, que não estão gerando benefícios futuros para a Companhia.

12 Fornecedores e FINIMP

- (a) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fornecedores corresponde a títulos com vencimentos em até 30 dias, sendo composto da seguinte forma:

	2024	2023
Contas a pagar aos fornecedores		
Fornecedores no país	51.362	50.606
Fornecedores no exterior	309	17.073
	51.671	67.679

- (b) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui operações de Financiamento de Importação ("FINIMP,") no intuito de obtenção de linha de crédito mais vantajosa nas importações de matéria-prima para otimização do capital circulante líquido, conforme demonstrado:

	Prazo	Taxa anual de juros - %	2024	2023
FINIMP SANTANDER	271 dias	7,03% a.a.	14.829	-
FINIMP BB	328 dias	6,49% a.a.	9.412	-
FINIMP BRADESCO	281 dias	7.90% a.a.	-	3.493
FINIMP CITIBANK	281 dias	7.90% a.a.	-	953
FINIMP CITIBANK	113 dias	6,62% a.a.	23.073	-
			47.314	4.446

13 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Taxa média a.a.	Ano vencimento	2024	2023
Financiamento de materiais (FINAME)	R\$	12,44% a.a.	2024	104.609	156.842
Empréstimo bancário para investimentos	R\$	12,43% a.a.	2024	-	10.895
Financiamento para novos projetos	R\$	6% a.a.	2034	210.000	50.000
				314.609	217.737
Passivo circulante				104.609	167.737
Passivo não circulante				210.000	50.000

A Companhia possui um financiamento incentivado pelo Governo Federal, por meio da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), concedido em condições diferenciadas para a implementação de novos projetos, especificamente para o desenvolvimento da inovação no processo de calcinação na unidade de Irecê-BA e no desenvolvimento de nova linha de produção de fertilizantes granulados na unidade de Luis Eduardo Magalhães-BA.

O financiamento visa fomentar investimentos estratégicos em modernização e expansão das operações, promovendo ganhos de eficiência produtiva e sustentabilidade das operações. As condições incluem taxas de juros reduzidas e prazos estendidos, alinhados às diretrizes de incentivo ao setor mineral e à inovação tecnológica.

Durante o exercício de 2024, foram captados R\$ 345.000 (R\$ 215.000 em 2023), sendo reconhecidos R\$ 258.506 (R\$ 4.286 em 2023) como pagamentos e o equivalente a R\$ 23.939 (R\$ 8.322) como provisão de juros, variação monetária e variação cambial. Foram pagos R\$ 18.633 de juros e capitalizados R\$ 5.072, conforme norma do CPC 20.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui ativos imobilizados cedidos em garantia a qualquer atividade financeira ou operacional.

Cláusulas contratuais

A Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas contratuais de todos os contratos de

empréstimos e financiamentos.

14 Instrumentos financeiros derivativos

	2024	2023
Derivativos de Swap	-	1.470
Circulante	-	1.470

Os derivativos aqui demonstrados possuem natureza de proteção de juros, no qual visa a equalização das taxas de juros com nossas aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía nenhuma posição em aberto com instrumentos financeiros derivativos.

Maiores detalhes são divulgados na nota explicativa 28.5.

15 Arrendamento mercantil

Contrato	2024				2023			
	Aquisições e baixas	(-) Pagamentos	Atualização financeira	Valor atual	Aquisições e baixas	(-) Pagamentos	Atualização financeira	Valor atual
Loc. equip. elétr. LEM	-	-	-	-	-	(5)	1	-
Casa Caracol-PI	-	(22)	4	58	-	(21)	5	76
Fazenda Novo Triunfo	-	180)	36	452	-	(179)	42	596
Locação de veículos	-	(125)	6	89	-	(136)	-	208
Equipos. para movimentação Angico	(19.081)	(8.000)	-	-	-	-	260	27.081
Equipos. para movimentação LEM	-	-	-	-	-	(2.921)	78	-
Filial Campinas	-	-	-	-	-	(147)	5	-
Locação de veículos	-	-	-	-	-	(113)	-	-
Equipos. para movimentação Angico	-	(14.619)	1.057	23.181	-	(14.616)	2.197	36.743
Locação de servidores virtuais	-	(2.651)	1.204	5.736	8.783	(2.202)	602	7.183
Locação escritório São Paulo	-	(923)	423	2.375	2.622	-	253	2.875
Locação veículos ADM	-	-	-	-	275	(292)	17	-
Locação veículos LEM e	-	(558)	53	69	936	(481)	119	574

UMA								
Locação equiptos. TI	-	(679)	71	-	887	(398)	119	608
Locação impressoras e equiptos. TI	-	(300)	40	-	452	(254)	62	260
Locação equiptos. e firewall	-	(155)	13	-	269	(161)	34	142
Galpões para armazenagem	2.131	(1.205)	288	1.214	-	-	-	-
Carros presidência e diretoria	314	(198)	39	155	-	-	-	-
Servidores nuvem TI	1.323	(266)	157	1.214	-	(926)	29	-
Equipamentos para unidade de LEM	12.086	(5.400)	1.787	8.473	-	-	-	-
	(3.227)	(35.281)	5.178	43.016	14.224	(22.852)	3.823	76.346
Passivo circulante				(35.498)				(44.969)
Passivo não circulante				7.518				31.377

Os montantes classificados no passivo não circulante se referem às parcelas vincendas após 31 de dezembro de 2025. Os valores dos contratos foram atualizados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto de 6%. Já os novos contratos tiveram uma taxa de desconto de 16,77%.

No passivo de arrendamento são registrados os contratos de arrendamento, conforme seu valor presente (nota 2.16) e, posteriormente, são atualizados pela data do balanço, com o registro das baixas dos pagamentos e atualização financeira. Ao final do contrato, o passivo deve estar zerado, caso não haja renovação do mesmo.

16 Adiantamentos de clientes e faturamentos antecipados

	2024	2023
Adiantamentos de clientes (i)	19.269	165.532
Faturamentos antecipados (ii)	83.667	76.945
	102.936	242.477

- (i) Em 6 de dezembro de 2023, foi formalizado um adiantamento para venda de alguns ativos, totalizando o valor de R\$ 126.909 (veja detalhes na nota 10 – ativo intangível). Em 2024, este adiantamento foi baixado em sua maioria, mediante o cumprimento das condicionantes do acordo de venda dos ativos e, conseqüentemente, a operação foi concretizada. Restando o saldo de R\$ 3.599 a ser compensado.

- (ii) O faturamento antecipado é a operação efetuada com pessoas físicas e jurídicas, no qual há a emissão da nota fiscal de venda para entrega futura e recebimento antecipado pela Companhia.

A receita de vendas correspondente é reconhecida contabilmente no resultado do exercício em que ocorrer a entrega efetiva da mercadoria. Conforme o cronograma de entrega para clientes, o saldo registrado a título de “adiantamentos de clientes”, em 31 de dezembro de 2024, deverá ser realizado ao longo do exercício, a findar-se em 31 de dezembro de 2025.

17 Provisões de contingências para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais

- a. Na data das demonstrações financeiras, a Companhia apresenta os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências passivas com probabilidade de perda provável.

	Depósitos judiciais		Provisões para riscos		Provisões para riscos (líquido)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Trabalhistas e previdenciárias	102	63	2.638	2.259	2.536	2.196
Cíveis		-	195	161	195	161
Total	102	63	2.833	2.420	2.731	2.357
Menos: depósitos judiciais			(102)	(63)		
Provisão para contingências líquidas			2.731	2.357		

Em 31 de dezembro de 2024, conforme demonstrado na nota explicativa 9, a Companhia possuía depósitos judiciais não relacionados a contingências passivas provisionadas no montante de R\$ 1.537 (R\$ 1.484 em 2023). Os depósitos judiciais relacionados a contingências passivas provisionadas estão incorporados nesta nota no montante de R\$ 102 (R\$ 63 em 2023).

- b. A movimentação das provisões de contingências com probabilidade de perda provável no exercício de 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Em 1º de Janeiro	2.420	3.857
Adições e reversões	2.212	2.232
Baixas por pagamento	(2.302)	(3.873)

Atualizações a maior	503	204
Em 31 de dezembro	2.833	2.420

c. Natureza dos riscos

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e previdenciários, ambientais, cíveis e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para eventuais perdas, decorrentes desses processos, são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos e internos.

d. Passivos contingentes com probabilidade de perda possível

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível, trabalhista, previdenciária, administrativa e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2024	2023
Tributárias (i)	31.959	28.581
Cíveis	4.018	3.553
Trabalhistas e previdenciários (ii)	2.478	1.265
Administrativas e ambientais	1.734	1.549
	40.189	34.948

(i) Os processos tributários referem-se, principalmente, a:

(a) Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor de R\$ 3.207, exigência de suposto imposto de importação e multa, referente à classificação divergente da NCM;

(b) Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor de R\$ 3.549, exigência de suposto ITR e imposição de multa referente aos anos de 2013 e 2014;

(c) Secretaria do Estado da Bahia, no valor de R\$ 2.514, referentes à suposta ausência de recolhimento de ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais e ao suposto uso indevido de crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento nos períodos de 2021 e 2022;

(d) Estado da Bahia, no valor de R\$ 3.100, referente ao suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas ao ICMS.

Com as execuções fiscais, os processos tributários referem-se, principalmente, a:

(a) Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, no valor de R\$ 7.219, referente à suposta incidência de ICMS sobre energia elétrica;

(b) Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor de R\$ 3.207, exigência de suposto imposto de importação e multa, referente à classificação divergente da NCM;

(c) Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor de R\$ 3.549, exigência de suposto ITR e imposição de multa referente aos anos de 2013 e 2014;

(d) Secretaria do Estado da Bahia, no valor de R\$ 2.514, referentes a suposta ausência de recolhimento de ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais e ao suposto uso indevido de crédito fiscal de ICMS referente a aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento nos períodos de 2021 e 2022;

(e) Estado da Bahia, no valor de R\$ 3.100, referente ao suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas ao ICMS.

(ii) O principal componente de processos trabalhistas refere-se à discussão em ação coletiva de valor controverso envolvendo o pagamento de horas *in itinere*, no qual o sindicato pleiteia horas cobradas durante o trajeto para a unidade de Angico dos Dias, por ser de difícil acesso e não haver transporte público, no entanto, essa demanda não possui sentido lógico uma vez que a Companhia fornece o transporte aos funcionários.

18 Provisão para desmobilização de ativos

	2024	2023
Provisão desmobilização Angico dos Dias	26.509	21.951
Provisão desmobilização Irecê	11.559	10.690
Total de provisão – passivo não circulante	38.068	32.641

A Companhia possui provisão para desmobilização das unidades mineradoras de Irecê–BA e Angico dos Dias–BA, sendo que estes gastos ocorrerão no futuro, quando as respectivas unidades mineradoras estiverem no estágio final de exaustão, o qual coincide com o final da concessão.

Estas despesas visam restaurar os danos causados ao meio ambiente pelas minas e incluem

também gastos com pesquisa sobre os impactos nas regiões exploradas e nas comunidades locais. Compreendem basicamente o custo de desmonte e reconstituição da vegetação.

A provisão para desmobilização de ativos é estimada com base na expectativa de valores a serem desembolsados no estágio final de exaustão ou desativação das unidades mineradoras, sendo atualizada anualmente, com base na estimativa de inflação para o período. A provisão é apresentada ao valor presente na data de elaboração das demonstrações financeiras, calculado pela aplicação de uma taxa de desconto livre de risco de aproximadamente 6% ao ano.

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A composição dos saldos, por natureza, é conforme segue:

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social ativos		
Depreciação arrendamentos (CPC 06)	34.768	24.991
Provisão para participação nos lucros e resultados	3.996	1.615
Perda com valor justo dos SWAPs e NDFs	-	500
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais	926	785
Atualização e depreciação da desmobilização de ativos	8.136	6.262
Ajuste a valor presente de contas a receber	533	95
Outras diferenças temporárias ativas	997	1.296
	49.356	35.544
Imposto de renda e contribuição social passivos		
Ganhos com variação cambial não realizados em caixa	210	(459)
Atualização financeira arrendamentos (CPC 06)	(27.624)	(17.379)
Juros capitalizados	(2.055)	-
	(29.469)	(17.838)
Imposto de renda diferido ativo, líquido	19.887	17.706

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	2024	2023
Em 1º de janeiro	17.706	15.714
Aumento (redução) por movimentação nas diferenças temporárias	2.181	1.992
	19.887	17.706

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social era de R\$ 790.021, correspondente a 800.700.083 ações ordinárias nominativas.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social.

Seu objetivo é assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Reserva para incentivos fiscais

Constituída segundo o estabelecido no artigo 195-A, da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei n.º 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício, e a ela destina-se a partir da conta de reserva para retenção de lucros.

Esses incentivos não integram a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. Os valores destinados à reserva para incentivos fiscais, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão descritos na nota explicativa 21.

d. Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, foi calculada nos termos da referida Lei e de

acordo com o percentual de 25%, previsto no estatuto social da Companhia, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, da Lei das Companhias por Ações.

Os valores dos dividendos mínimos obrigatórios, propostos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são conforme seguem:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	67.882	102.917
(-) Reserva de incentivos fiscais	(27.777)	(32.157)
Lucro para constituição da reserva legal	40.105	70.760
(-) Constituição da reserva legal	(2.005)	(3.538)
Lucro base para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios	38.100	67.222
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	9.525	16.805

Os acionistas deliberaram, por meio de AGE, em 05 de dezembro de 2023, uma distribuição de dividendos extraordinária para retirada da reserva de lucros anteriores, resultando em pagamento de dividendos adicionais de R\$ 210.000. Também foi aprovado, em AGE anterior, um adiantamento de dividendos de R\$ 25.000, o qual foi compensado com o valor dos 25% propostos por lei. Após a apuração, o valor proposto de 25% estava abaixo do adiantamento, tendo o saldo sido compensado em 2024, após publicação da AGO de 26.04.24.

e. Reserva para retenção de lucros

Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente, após distribuição de dividendos, terá destinação determinada pela Assembleia Geral, geralmente com aprovação para destinação na reserva para retenção de lucros, baseado nos planos orçamentários e de expansão da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou o valor de R\$ 38.099 (R\$ 67.222 em 2023) para constituição da Reserva para retenção de lucros.

21 Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos do complexo localizado no município de Luís Eduardo Magalhães–BA, pelo cálculo do lucro da exploração e pelo programa de reinvestimentos, concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Também desfruta de incentivos fiscais de ICMS, conforme Protocolo de Intenções, firmado em 10 de maio de 2016, entre a GICS, o Estado da Bahia e a Resolução 36/2016, transferido para a Fosnor, através da resolução 162/2018, em 18 de dezembro de 2018.

A Companhia passou a usufruir do benefício do Desenvolve, conforme instituído pela Lei n.º 7.980/2001 e Regulamentada pelo Decreto n.º 8.205/2002. As naturezas e os montantes, reconhecidos aos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, estão indicados abaixo:

	2024	2023
ICMS incentivado sobre vendas - Desenvolve	11.189	18.637
IRPJ incentivado - lucro da exploração	16.589	13.520
	27.778	32.157

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, os valores apurados referentes aos incentivos fiscais, no montante de R\$ 27.778 (R\$ 32.157 em 2023), foram destinados à reserva de incentivos fiscais.

Atualmente, os benefícios fiscais da Companhia possuem vencimentos distintos, sendo acompanhados para garantir sua renovação e o cumprimento de todos os requisitos legais para manutenção. O incentivo “Desenvolve” possui vencimento em 31 de dezembro de 2032, enquanto o benefício “Lucro da Exploração” se encerra em 31 de dezembro de 2031.

A partir de 1º de janeiro de 2024, entrou em vigor a Lei n.º 14.789, de 29 de dezembro de 2023, que alterou as diretrizes para a tributação de incentivos fiscais concedidos pelos estados. Em função dessa mudança legislativa, a Companhia ajustou a utilização dos incentivos fiscais conforme os novos parâmetros estabelecidos.

Essa adequação resultou em uma alteração na alíquota efetiva de impostos, além da incidência de PIS e COFINS sobre os benefícios fiscais, o que gerou um aumento no imposto corrente da Companhia em relação aos valores registrados nos exercícios anteriores.

22 Receita líquida de venda

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2024	2023
Vendas brutas de produtos	1.239.446	1.281.863
Impostos e outras deduções de vendas	(97.465)	(97.038)
Incentivos fiscais ICMS (i)	9.912	18.637
Receita líquida	1.151.893	1.203.462

- (i) Em 2024, devido à Lei n.º 14.789, o benefício fiscal do Desenvolve passou a ser tributado pelo PIS e COFINS, desta forma, o ganho do benefício fiscal no resultado foi apresentado líquido de impostos.

23 Custos e despesas por natureza

	2024	2023
Matérias-primas e materiais de produção	(583.340)	(696.253)
Serviços de terceiros e gerais	(247.911)	(202.938)
Pessoal	(109.822)	(94.779)
Provisão participação nos lucros e resultados - PLR	(5.711)	4.277
Depreciação e amortização	(85.949)	(71.578)
Outras	(4.995)	(25.716)
Custo total dos produtos vendidos, despesas com vendas e despesas administrativas	(1.037.728)	(1.086.987)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(985.616)	(1.040.496)
Despesas com vendas	(7.615)	(6.320)
Despesas administrativas	(44.497)	(40.171)
	(1.037.728)	(1.086.987)

24 Outras despesas

	2024	2023
Resultado baixa Santa Quitéria (i)	(65.232)	-
Provisão participação nos lucros e resultados – PLR	(1.292)	(400)
Constituição (reversão) de provisão de riscos	(1.387)	2.091
Depreciação e amortização	(1.763)	(2.204)
Doações a entidade assistencial - Instituto Lina Galvani	(1.363)	(5.281)
Honorários advocatícios	(2.619)	(1.685)
Baixas Imobilizado	4.545	(208)
Despesas Santa Quitéria (ii)	-	(6.076)
Outras perdas, líquidas	(2.750)	(13.470)
	(71.861)	(27.233)

- (i) O resultado negativo na baixa contábil de Santa Quitéria se refere ao processo de segregação de negócios (conforme nota 10). Esta segregação foi realizada com prejuízo operacional para a Companhia devido a avaliação do valor presente do investimento.
- (ii) Essas despesas de 2023 referem-se aos custos administrativos do projeto Santa Quitéria–CE, incluindo gastos com consultorias, custos operacionais e outras despesas relacionadas à gestão e desenvolvimento do projeto.

25 Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(6.142)	(6.867)
Juros s/ empréstimos	(16.220)	(7.995)
Juros capitalizados (nota 13)	5.073	972
Juros sobre contas a pagar	(2.617)	(1.403)
Perdas com operações de SWAP e NDF	(995)	(1.526)
IOF	(661)	(144)
Tarifa bancária	(1.448)	(1.470)
Atualização monetária arrendamentos	(5.178)	(3.825)
Atualização monetária contingências	(141)	(207)
Atualização monetária de desmobilização	(4.161)	(2.770)
	(32.490)	(25.235)
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	507	121
Juros	8.605	1.496
Rendimento de aplicações financeiras	41.890	55.424
Juros embutidos no preço das vendas a prazo	11.105	8.447
Ganho com operações de SWAP e NDF	163	-
	62.270	65.488
Ganhos e perdas		
Perda cambial	(8.317)	(12.488)
Ganho cambial	7.799	3.276
	(518)	(9.212)
Resultado financeiro líquido	29.262	31.041

26 Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro difere do valor teórico, que seria obtido com o uso da alíquota média ponderada, aplicável aos lucros da Companhia, como segue:

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	71.566	120.283
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(24.332)	(40.896)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Efeito dos incentivos fiscais	16.589	13.520
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	4.059	10.010
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(3.684)	(17.366)
Corrente	(5.865)	(19.358)
Diferido	2.181	1.992
	(3.684)	(17.366)
Alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social	5,15%	14,44%

27 Transações com partes relacionadas

	Despesas adm. 2024	Despesas adm. 2023
Adiantamentos de acionista (NE 16)	3.599	126.909
Mantiqueira Participações S.A.	1.996	1.826
Trig Participações Ltda.	1.283	1.173
	6.878	129.908

Natureza das transações

Os saldos mantidos com partes relacionadas estão concomitantes em sua relevância às transações comerciais, referentes à prestação de serviços de engenharia e consultoria financeira.

Os preços das transações e termos de vencimento seguem condições específicas definidas entre as partes.

Remuneração da administração

A administração é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria. A remuneração global por esses serviços, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 9.848 (R\$ 10.412 em 2023).

28 Gestão de risco financeiro

28.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros); risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, podendo para isso valer-se do uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Apesar de suas operações serem basicamente locais, a Companhia está exposta a certos riscos cambiais, decorrentes de exposições com relação ao dólar dos Estados Unidos da América. As exposições da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão assim demonstradas:

	2024		2023	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber em USD	4.379	24.529	946	4.640
Passivo				
Fornecedores terceiros em USD	(6.788)	(38.824)	(4.446)	(21.865)
Exposição líquida	(2.409)	(14.295)	(3.500)	(17.225)

Para se proteger da exposição de passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia faz o acompanhamento constante das variações de câmbio para traçar estratégias, sobretudo comerciais, que amenizam o risco cambial.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos e passivos significativos, em que incidam juros variáveis, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos. As aplicações financeiras e empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa (CDI e TJLP). Os empréstimos, emitidos a taxas fixas, expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

b. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em estudos e classificações internas e externas. A utilização dos limites de crédito é monitorada regularmente pela administração. Ademais, a Companhia conta com seguro de crédito para se resguardar de possíveis perdas.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa futuro é realizada pelo departamento de finanças da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da empresa para assegurar que

ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis.

Essa previsão considera os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos “passivos financeiros” da Companhia, sendo elaborada conforme os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano, inferior a 3 anos	Superior a 3 anos	Total dos fluxos de caixa 31/12/2024	Valor 31/12/2023
Fornecedores	51.671	-	-	-	51.671	67.679
FINIMP	-	62.028	-	-	62.028	4.446
Empréstimos e financiamentos	-	104.609	-	285.000	389.609	217.737
Provisão desmobilização	-	-	-	118.701	118.701	32.641
Arrendamento mercantil	-	36.067	13.736	-	49.803	76.346
Instrumentos financ. derivativos	-	-	-	-	-	1.470
Outros passivos	3.184	-	-	-	3.184	5.153
Total	54.855	202.704	13.736	403.701	674.996	405.472

Passivos financeiros	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano, inferior a 3 anos	Superior a 3 anos	Total dos fluxos de caixa 31/12/2023	Valor 31/12/2022
A Fornecedores	67.679	-	-	-	67.679	121.621
FINIMP	-	4.446	-	-	4.446	71.201
Empréstimos e financiamentos	-	167.737	-	50.000	217.737	-
Provisão desmobilização	-	-	-	32.641	32.641	28.384
Arrendamento mercantil	-	44.969	31.377	-	76.346	81.151
Instrumentos financ. derivativos	-	1.470	-	-	1.470	-
Outros passivos	5.153	-	-	-	5.153	4.085
Total	72.832	218.622	31.377	82.641	405.472	306.442

28.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar sua continuidade operacional para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora sua estrutura de capital com base no uso de índices de alavancagem financeira. O principal índice corresponde à dívida líquida, expressa como percentual do capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de FINIMPs e arrendamento mercantil (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são assim sumarizados:

	2024	2023
Total dos empréstimos e financiamentos	314.609	217.737
FINIMP (Nota 11)	47.314	4.446
Total arrendamento mercantil (nota 15)	43.016	76.346
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(337.821)	(471.445)
Dívida (ativo financeiro) líquida	67.118	(172.916)
Total do patrimônio líquido	1.172.583	1.122.421
Total do capital	1.239.701	949.505

28.3 Análises de sensibilidade

Análise de sensibilidade sobre o risco cambial

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos a variações nas taxas de câmbio. Para fins de análise de sensibilidade, a administração adotou como um cenário possível a taxa de câmbio do dólar americano de R\$ 6.1923.

O cenário considerou uma variação (aumento ou redução) de 10% (cenário I), uma variação (aumento ou redução) de 25% (cenário II) e uma variação (aumento ou redução) de 50% (cenário III).

Instrumento financeiro	Cenário provável	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		10%	-10%	25%	-25%	50%	-50%
Cotação do dólar americano	6,1923	6,8115	5,5731	7,7404	4,6442	9,2885	3,0962
Ativos e passivos operacionais, denominados em moeda estrangeira exposição líquida (US\$ 3.500 milhões)	(2.409)	(1.492)	1.492	(3.729)	3.729	(7.458)	7.458
Impacto no resultado	(2.409)	(1.492)	1.492	(3.729)	3.729	(7.458)	7.458

Efeito em milhares de reais	Valor nominal			
	2024	2023		
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada				
Caixa e equivalentes de caixa	310.970	449.164		
Contas a receber de clientes	75.602	30.398		
FINIMPs	(47.314)	(4.446)		
Empréstimos e financiamentos	(314.609)	(217.737)		
Passivo do arrendamento	(43.016)	(76.346)		
Total da exposição líquida	(67.118)	181.033		
Taxa provável do CDI	10,88%	(7.302)	13,65%	24.711
Crescimento de 25%	13,60%	(9.128)	17,06%	30.884
Crescimento de 50%	16,32%	(10.954)	20,48%	37.076
Redução de 25%	8,16%	(5.477)	10,24%	18.537
Redução de 50%	5,44%	(3.651)	6,83%	12.365

28.4 Estimativa do valor justo

A administração considera que os saldos contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e financiamentos, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa, estejam próximos de seus valores justos.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão mensurados ao valor justo no fim do período de relatório.

A Companhia adota como nível de hierarquia do valor justo o nível 2, determinado com base nos fluxos de caixa futuros estimados com base nas taxas de câmbio a termo (taxas de câmbio a termo observáveis no fim do período de relatório) e taxas a termo contratadas, descontadas a uma taxa que reflete o risco de crédito de várias contrapartes.

28.5 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía nenhuma posição em aberto com instrumentos financeiros derivativos e a posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2023, é como segue:

Instrumentos em 31/12/2023	Vencimento final	Valor	Indexador	Valor mercado (FOSNOR)	Valor mercado (banco)	Ganho (perda) em 31/12/2023
ABC - SWAP	15/01/2024	85.000	IPCA/CDI	89.121	90.181	-1.060
Bradesco - SWAP	25/09/2024	10.714	Pré Fix./CDI	10.859	10.888	-29
Itaú - SWAP	15/02/2024	65.000	IPCA/CDI	68.039	68.420	-381
Total instrumentos SWAPs				168.019	169.489	-1.470

29 Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas.

Na tabela, podem-se conferir os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo.

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

a. **Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado**

		Saldo contábil	
	Classificação	2024	2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	337.821	471.445
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	Custo amortizado	75.602	30.398
Outros ativos	Custo amortizado	11.019	18.450
		424.442	520.293
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	(43.016)	(76.346)
Fornecedores	Custo amortizado	(51.671)	(67.679)
FINIMP	Custo amortizado	(47.314)	(4.446)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	(314.609)	(217.737)
Provisão desmobilização	Custo amortizado	(38.068)	(32.641)
Dividendos a pagar	Custo amortizado	(9.525)	-
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	(1.470)
Outros passivos	Custo amortizado	(3.184)	(5.153)
		(507.387)	(405.472)

30 Benefícios a empregados

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, como licença por tempo de serviço e benefícios por tempo de serviço.

O plano de saúde atual oferecido, com coparticipação do empregado, não gera passivo para a empresa após a saída do colaborador.

A Companhia provê aos seus empregados os benefícios de assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, vale-transporte e programa de participação nos lucros, sendo este último distribuído consoante os critérios pré-estabelecidos, como metas individuais e coletivas atingidas.

Os gastos com esses benefícios, reconhecidos em 2024, foram de R\$ 59.646 (R\$ 48.485 em 2023).

31 Compromissos

Compromissos de compra com fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía compromissos de compra de estoques correspondentes a 38,8 mil toneladas, com preço fixado equivalente a R\$ 763,05 por tonelada para a safra de 2024/2025.

Esses compromissos foram valorizados pela cotação média firmada para a respectiva safra.

Compromissos de venda com clientes

- Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía compromissos para o fornecimento de aproximadamente 212.989 mil toneladas de fertilizantes e químicos aos seus clientes, mediante contratos de compra e venda a preços e volumes pré-determinados.

O valor contratual destes compromissos é de aproximadamente R\$ 494

32 Transações não caixa

A Companhia realizou operações de investimento e de financiamento que não têm impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afetem a estrutura de capital e de ativos da Companhia. A exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

Os valores referente a aquisição de imobilizado e intangível que não afetaram o caixa no exercício corrente estão demonstrados no quadro abaixo:

Transação	
	31/12/2024
Adição de novos contratos de arrendamento	16.492
Capitalização de juros sobre empréstimos e financiamentos	5.072
Fornecedores a pagar nos exercícios seguintes	10.060
Total transações não caixa	31.624